

**NÚCLEO HISTÓRICO E
ARQUITETÔNICO DA PRAÇA
DR. JOÃO PENIDO**
Nota Prévía de Pesquisa

Patricia Falco Genovez
Mônica C. Henriques Leite
Paulo Gawryszewski
Raquel de Oliveira Fraga

JUIZ DE FORA - MG
CLIO EDIÇÕES ELETRÔNICAS
1998

FICHA CATALOGráfICA

GENOVEZ, Patrícia Falco, LEITE; Mônica C. Henriques; GAWRYSZEWSKI, Paulo; FRAGA, Raquel de Oliveira. **Núcleo Histórico e Arquitetônico da Praça Dr. João Penido**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: ClioEdel, 1998. 34 p. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 2)
<http://www.ufjf.br/~clionet/bv/hbr>

1. História de Juiz de Fora
2. História Urbana
3. Patrimônio Histórico

Clioedel
- Clio Edições Eletrônicas -
Projeto virtual do Arquivo Histórico da UFJF
E-mail: clionet@epd.ufjf.br
<http://www.ufjf.br/~clionet/clioedel>

Endereço para correspondência:
Arquivo Histórico da UFJF
Prédio do CDDC - Campus Universitário
Juiz de Fora - MG - Brasil
CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750
Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão
Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto
Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira
Diretor da Editora: Prof. Galba Ribeiro Di Mambro

SUMÁRIO

Apresentação	03
1. Aspectos Históricos	12
2. Aspectos Arquitetônicos	21
- Praça Dr. João Penido, 22	21
- Praça Dr. João Penido, 44	22
- Praça Dr. João Penido, 52	23
- Praça Dr. João Penido, 174	25
- Rua Halfeld, 199 (entorno)	26
- Rua Halfeld, 213 (entorno)	28
- Rua Halfeld, 229/235 (entorno) 29	29
3. Fontes	32

APRESENTAÇÃO

O texto histórico elaborado por **Patrícia Falco Genovez** para o trabalho *Núcleo Histórico e Arquitetônico da Praça Dr. João Penido*, segundo volume da Coleção História e Arquitetura de Juiz de Fora, foi o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido por uma equipe composta pela professora Mestre **Leda Maria de Oliveira**, responsável pela parte referente à História Oral; pela consultora em História da Arte, professora Mestre **Maraliz de Castro Vieira Christo**, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e por duas estagiárias do Curso de História da UFJF, **Daniella Pires de Freitas** e **Raquel Pereira Francisco**.

Uma outra equipe, de arquitetos e urbanistas,

complementa o trabalho realizado: **Raquel de Oliveira Fraga**, arquiteta; **Mônica C. Henriques Leite**, estagiária; Professora Mestre **Maria Julieta Nunes de Souza**, consultora na área de arquitetura e urbanismo, do Departamento de Arquitetura da UFJF; e dois consultores externos: Professor Mestre **Antônio Pedro de Alcântara** e Professora Doutora **Dora Monteiro de Alcântara**. Um funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), o arquiteto **Paulo Gawryszewski**, complementa a assessoria por parte da Prefeitura.

A pesquisa integra o projeto *Cidade Humana* da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (IPPLAN) em parceria com a UFJF. Este projeto tem, entre outros objetivos, o tombamento de, aproximadamente, 170 imóveis. A Fundação Centro Tecnológico (FCT) da UFJF é a responsável pelo gerenciamento financeiro deste projeto, resguardando os direitos dos pesquisadores

envolvidos. Os coordenadores são, por parte da Prefeitura, o Diretor de Planejamento do IPPLAN **Álvaro Henriques Giannini** e, por parte da UFJF, o Diretor da Faculdade de Engenharia, na ocasião o Professor **Júlio César da Silva Portela**.

É de fundamental importância esclarecer que as construções abordadas na presente obra fazem parte de um inventário produzido pela empresa *Século XXX*. Para cada um dos imóveis relacionados no inventário, abriu-se um processo, contendo justificativas históricas e arquitetônicas elaboradas com o intuito de instruí-lo. Posteriormente, os processos são encaminhados à Comissão Permanente Técnico-Cultural (CPTC) que emite, ao Prefeito, o parecer sobre o tombamento ou não do imóvel.

Tendo em vista o prazo de razoabilidade estabelecido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura

Municipal de Juiz de Fora, as equipes, de Arquitetura e História, tiveram quatro meses para finalização das justificativas. Tal realidade de trabalho nos forçou a estabelecer uma metodologia: os imóveis em processo de tombamento foram, portanto, divididos em grupos cujas características históricas apresentam um fio condutor direcionado por aspectos culturais, sociais e geográficos.

Assim, a parte das justificativas elaboradas pela Equipe de História para os processos acompanha o desenvolvimento histórico da cidade de Juiz de Fora de forma cartográfica. Ou seja, a partir de um mapa, foram identificados grupos de edificações que apresentam características históricas específicas e os vários diálogos com o todo já configurado na cidade.

Essa metodologia, além de facilitar o trabalho das equipes e da própria Comissão que relata os processos, é fundamental para que os imóveis não sejam avaliados de

forma isolada, o que diminui drasticamente seu valor histórico. Sem a visão de conjunto e do contexto no qual o imóvel encontra-se inserido, é quase impossível reconhecer seu valor enquanto repositório da história do local onde foi edificado e do próprio município. Fatores extremamente importantes para a definição da identidade dos cidadãos de nossa cidade.

Uma identidade capaz de nos conferir a cidadania enquanto juizforanos e, num plano mais amplo, enquanto brasileiros. Cidadania da qual a CPTC, juntamente com o Prefeito, se tornaram guardiães. De suas decisões de tombamento ou não, depende a formação de nossa identidade e, por conseguinte, de nossa cidadania. As edificações em processo de tombamento são documentos que testemunham a nossa história. Documentos que não estão guardados em museus ou bibliotecas, estão em nossas ruas à vista daqueles que aqui moram e dos que nos

visitam.

Em virtude do tempo reduzido para a elaboração das justificativas acordou-se com o IPPLAN que não seriam feitas as justificativas de prédios públicos e eclesiásticos, assim como das fazendas que circundam o município. O trabalho, portanto, voltou-se para as edificações privadas, localizadas no centro urbano, ficando os demais prédios para um trabalho posterior. Durante o tempo determinado para realização do trabalho, foram feitas algumas exceções, dada a urgência jurídica de alguns processos. Por isso, alguns deles tiveram que ser trabalhados fora do conjunto no qual estavam inseridos, como por exemplo, a Vila Spinelli (rua Espírito Santo), o armazém do Senhor Manoel Ferreira (avenida Rio Branco) e uma casa na rua Bernardo Mascarenhas. Todos esses imóveis integrarão, na forma de anexo, o texto referente ao conjunto no qual cada um se encaixa. Quanto aos demais, estabeleceu-se os

seguintes grupos a serem trabalhados e que foram entregues à Divisão de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (DIPAC), nas datas respectivas:

- 1) Praça da Estação (12/04/1998);
- 2) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte baixa (01/05/1998);
- 3) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte alta (19/05/1998);
- 4) Rua Batista de Oliveira (parte central) e avenida Getúlio Vargas (10/06/1998);
- 5) Bairro Granbery, compreendendo as ruas Antônio Dias, Batista de Oliveira (depois da avenida Independência), Sampaio e Barão de Santa Helena (14/07/1998);
- 6) Rua Espírito Santo (14/07/1998);
- 7) Alto dos Passos: avenida Barão do Rio Branco, ruas Moraes e Castro e Osvaldo Aranha (17/08/1998);

8) Avenida Barão do Rio Branco a partir do Parque Halfeld até o Largo do Riachuelo (17/08/1998);

9) Rua Bernardo Mascarenhas, avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio (17/08/1998).

Ressaltamos, ainda, que o conhecimento produzido (as justificativas históricas e arquitetônicas) a partir desse esforço de pesquisa será, posteriormente, reavaliado e, até mesmo, complementado tendo em vista os dados obtidos após sua formulação. Ele integrará a Coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*, lançada com o intuito de incentivar novas pesquisas, uma vez que levanta pontos e lacunas importantes da história da cidade de Juiz de Fora, do final do século XIX até metade do século XX. Além disso, levanta questões pertinentes em relação à história arquitetônica da cidade. Pode-se, a partir desse trabalho, pensar tais imóveis num outro recorte com uma perspectiva voltada, por exemplo, para a evolução

arquitetônica dos prédios em processo de tombamento. Enfim, muitas alternativas se abrem para futuras pesquisas seja na área de história, seja na área de arquitetura ou mesmo de um diálogo frutífero entre ambas.

Chamamos a atenção para o fato de que os textos serão publicados como notas prévias de pesquisa, tendo em vista que os mesmos não apresentam qualquer alteração em relação ao conhecimento produzido e entregue à DIPAC (órgão competente da Prefeitura responsável pelos processos de tombamento). Houve apenas uma edição mudando o *layout*: duas colunas e formato paisagem. Além disso, em cada processo de tombamento, montado pela DIPAC, segue, além do texto referente aos aspectos históricos, a descrição pontual do respectivo imóvel. Nesta publicação, as várias descrições arquitetônicas aparecem reunidas. No tocante à parte arquitetônica, os textos básicos desenvolvidos pelas

professoras Maraliz de C. Vieira Christo e Maria Julieta Nunes de Souza, colocados na forma de anexo nos processos entregues à DIPAC, foram publicados à parte.

Finalmente, cabe-nos realçar as várias pessoas e instituições que contribuíram para esta pesquisa, recebendo a equipe de história com distinção, profissionalismo e simpatia. Nosso agradecimento também se estende a todos que, gentilmente, contribuíram através de seus relatos e depoimentos. Aceitando o risco de esquecer de algum colaborador, gostaríamos de citar cada uma das instituições e pessoas que tanto colaboraram para este trabalho:

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF na pessoa do seu diretor Professor Galba Ribeiro Di Mambro e da funcionária e historiadora Carla Suely Campos;

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA na pessoa do seu

Núcleo Hist. e Arq. da Praça Dr. João Penido

diretor Antônio Henrique Lacerda e pela colaboração de seus funcionários e historiadores: Elione Silva Guimarães e Francisco Carlos Limp Pinheiro;

- à BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES, pela colaboração de sua funcionária e historiadora Heliane Casarim Henriques;

- ao MUSEU MARIANO PROCÓPIO, na pessoa de seu diretor Dr. Antônio Carlos Duarte e pela colaboração dos funcionários: Maria de Fátima Araújo Aguiar, Carlos Henrique Saldanha, Rita de Cássia de Andrade Procópio, Eneida Maria de Miranda e Aloísio Arnaldo Nunes de Castro;

- ao ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA, pela colaboração e simpatia com que recebeu a equipe de história, especialmente ao seu organizador, o jornalista, historiador, cronista, pintor, cantor, humanista... senhor Dormevilly Nóbrega;

Núcleo Hist. e Arq. da Praça Dr.

- à CASA DE ANITA na pessoa do Dr. Marcelo Mega;

- à Divisão de Comunicação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DICOM) e aos funcionários que, gentil e pacientemente, atenderam às estagiárias, na busca incansável de processos de construção;

- à Secretaria da SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUZ DE FORA que, gentilmente, abriu-nos as portas de seu arquivo;

- ao INSTITUTO GRANBERY, pela grande colaboração de seus funcionários do Arquivo Documental Dr. Lander: Professor Ernesto Giudice Filho e Professora Soraia Maria Lopes da Silva;

- à Diretoria da CASA ESPÍRITA, na pessoa da senhora Aelce Horácio Souza;

- ao MINISTÉRIO DA MEMÓRIA DA IGREJA METODISTA, pela colaboração do senhor Paulo Lima;

- à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL pela colaboração de seus diretores e funcionários;

- ao ARQUIVO DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, pela colaboração da funcionária Ozana de Fátima Paiva Cabral Silva e da Professora Beatriz de Vasconcellos Dias de Miranda;

- à SECRETARIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO de Juiz de Fora;

- à EMPRESA A & S SOFTWARE Ltda., pela assistência na digitalização das fotografias e mapas e pela colaboração valiosa prestada por Adriano Braz Falco Genovez e Silene M. Felizardo Genovez.

Às pessoas que aceitaram dar seu depoimento, contando sobre a história da cidade, toda nossa estima. São elas: Sr. Oswaldo Costa (“Congo”); Dr. Antônio Fernando Vieira Braga, Dr. José João Mokdeci; senhora

Mounira Haddad Rahmn, senhor Luiz Carlos Fazza; senhor Alberto Suretus Moutinho (por ter recolhido informações com outros funcionários do Banco do Brasil: Ary Geraldo, Leon Pereira Nehrey, Édson Mega e Mauro Lucci) e pela entrevista e disponibilidade em abrir seu arquivo pessoal de fotos da cidade; senhor Manoel Borges de Carvalho; senhor José Márcio Peralva; senhor Moysés A. Arbex; Doutor Alberto Arbex; senhora Naul Krayem Arbex; senhora Nabia Farage Miana; senhora Amélia Sfeirr Feres; senhora Cléa Feres Nacif; senhora Ináh Mello de Carvalho; jornalista Mário César Manzolilo de Moraes; senhor Fúlvio Marcos De Landa Júnior; jornalista Natalie Chianello (Natálio Luz); senhor Nildo Tavares; senhor Sebastião Garibaldi Pifano; senhor Luarino Cortes Carvalho; senhora Maria Teresa Merhi Abi-Nasser; Dr. Edelo Abraham Assad; Dr. Rubem Sottomayor; senhora Inês Ciuffo; historiadora Valéria Ferenzini; escritora

Cleonice Rainho Thomaz Ribeiro; Dr. Manoel Monachesi; senhor Nilton Soranço; senhor Mário Soranço; senhora Gioconda Soranço; senhor Sebastião Tomaz; senhora Vânia Maria Moreira Ranzoni; senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni; senhora Delourdes Conceição Pratini de Almeida; senhor Antônio Vidal Campante; senhora Maria Ignez Michels; senhora Aelce Horácio de Souza; senhor Demétrio Pável Bastos; Padre David José Reis; artista plástica Nívea Bracher; doutor José Carneiro Gondin; senhora Jahira Mattos de Medeiros; doutor Waldemar Medeiros; Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti; senhor Dormevilly Nóbrega; Irmã Maria Helena Souza de Faria; psicóloga Maria de Lourdes Mascarenhas; Dr. Roberto Villela Nunes; Dr. Hermenegildo Villaça Freitas; senhora Lucy Junqueira Costa Reis; senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade; Senhora Cristina Ribeiro de Castro; senhora

Yolanda Maria Junqueira Villela de Andrade Melo; professora Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade; professora Vanda Arantes do Vale; senhora Alice Salzer Rodrigues e Sr. Antenor Salzer Rodrigues.

Com todos tivemos a oportunidade de aprender muito mais do que história. Através de seus relatos e dos contatos estabelecidos, todos, indistintamente, nos ensinaram preciosidades, contando sobre suas experiências de vida. A esses, que já consideramos amigos, nosso imenso carinho.

Um agradecimento especial se faz necessário ao Professor Galba Ribeiro Di Mambro, já mencionado enquanto diretor do Arquivo Histórico da UFJF, que prestou seu total e irrestrito apoio à publicação proposto, inclusive a formação da presente coleção. O Professor Galba, diretor da Editora Clio Edições Eletrônicas, tem nos orientado na edição e constituição da coleção ***História***

e Arquitetura de Juiz de Fora.

Outro agradecimento especial cabe-nos fazer às estagiárias da equipe de história que demonstraram uma dedicação que vai além do profissionalismo. Daniella Pires de Freitas e Raquel Pereira Francisco que trabalharam além das horas propostas, levantando dados e percorrendo arquivos, por respeito e amor à história. Elementos que em nenhum momento faltaram à Professora Leda Maria de Oliveira, incansável nas entrevistas e contatos. Do convívio diário com Leda, Daniella e Raquel ficou a grande lição de que um bom trabalho começa sempre com a humildade e a verdade, numa busca constante e honrada pela dignidade profissional do historiador.

Enfim, muitos obstáculos e problemas estiveram à nossa frente, formando barreiras por vezes quase intransponíveis. Por todos os desafios superados, fica apenas a certeza de que, através de nossa força, o poder de

Deus se fez presente.

Patrícia Falco Genovez

NÚCLEO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA PRAÇA DR. JOÃO PENIDO

Aspectos Históricos

Patrícia Falco Genovez ¹

A rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre suas margens direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio(...); a Matriz, (...); a Santa Casa de Misericórdia, (...); a Cadeia, (...); toda uma estrutura social bem pensante (...). Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a

virtude (...). Já a margem esquerda da rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favorecia a pouca vergonha. Esta era mais desoladora ainda nas vizinhanças da linha férrea ... ²

Através das palavras romaneadas do memorialista Pedro Nava podemos evocar a história da Praça da Estação (Praça Dr. João Penido) e da “*cidade partida*” que a abriga. Ainda na segunda metade do século XIX, a cidade se desenvolvia às margens do Caminho Novo (rua Direita), traçado pelo engenheiro Halfeld. Toda a conformação urbana da cidade se concentrava, portanto,

¹ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clitonet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

² NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Memórias 1. 6. ed., Rio de Janeiro:

marguada por esta. Ao longo dela, foram construídos os principais centros de poder: a Igreja, as Repartições Públicas e a Praça Central da cidade; além disso, era o local escolhido pelos "*bem nascidos*" para construção de seus belos sobrados. Era, por assim dizer, a alma da cidade. Onde figuras importantes transitavam, o comércio da praça fervilhava e o poder se fazia presente, seja através da política, seja através das construções imponentes que se estendiam por toda a rua Direita, confirmando o poder econômico dos barões do café, tornando-o visível e palpável a todos.

Com a construção da Rodovia União & Indústria, inaugurada em 1861, com a presença marcante do Imperador do Brasil e de sua corte, o comendador Mariano Procópio, mexeu nos pilares da organização urbana da cidade. Deslocando o traçado da Rodovia para fora do

Nova Fronteira, 1983. p. 20 e 21.

perímetro urbano, cuja concentração já se fazia ao longo da rua Direita, o comendador deu início à primeira transformação no traçado urbano do município. Além de perder qualquer benefício financeiro por parte da Província, em virtude do alto valor empregado na Rodovia, o comendador Mariano, enfureceu os políticos locais.

Não houve preocupação em estabelecer uma estação na cidade, obrigando os moradores a se deslocarem até a Estação de Rio Novo, localizada fora do perímetro urbano, distante três quilômetros do núcleo urbano original, instalado na rua Direita.³ Uma decisão que não apenas deixou o centro urbano da cidade sem uma estação, como

³ Sobre a questão da rivalidade existente entre Mariano Procópio e os políticos locais, encarregados da defesa dos interesses do núcleo de povoamento instalado originalmente seguindo o Caminho Novo ver GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder**; uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1996.

impediu a valorização dos terrenos dos grandes proprietários que acompanharam o traçado do Caminho Novo, como o Barão de Bertioga, as famílias Tostes, Halfeld e Paula Lima. Ao escolher um outro traçado para a rodovia, o comendador Mariano valorizou suas próprias terras e abriu um novo núcleo de povoamento, diferente do núcleo pioneiro.

Depois da elite local sair abatida com a definição do traçado da Rodovia, no ano de 1855, por fora da área urbana, gerando uma situação tão difícil que sequer a Câmara foi convidada para a inauguração em 1861,⁴ a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II configurou-se no novo pesadelo na década de setenta. Foram vários os documentos enviados para a Presidência da Província e ao

⁴ A inauguração da rodovia, em 1861, contou com a presença do Imperador D. Pedro II. Sobre a recepção e os convidados e todo o cerimonial que envolveu a inauguração ver GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

Ministério da Agricultura e Obras do Império informando a distância entre a cidade e a estação, que seguiria o trajeto já adotado pela Rodovia União e Indústria. Todos os apelos foram em vão. A estação da tão esperada ferrovia, que na época parecia apenas um sonho, permaneceu no mesmo lugar onde fora instalada a estação da Rodovia, a três quilômetros de distância da cidade.⁵

A construção de uma estação dentro da cidade, só aconteceu após a morte do comendador Mariano. Uma conquista, levando-se em conta as forças que estavam em ação no início da construção e o contexto desfavorável.⁶ A Câmara era muito pobre e foi preciso levantar o dinheiro para o terreno do bolso dos próprios vereadores. Os sete

⁵ ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, p. 66. Para o major Ignácio da Gama, um contemporâneo, a situação era clara: ... *havia duas forças que lutavam: a União e Indústria, desejosa de povoar, de dar vida à Mariano Procópio (Rio Novo até 1881), e a cidade, que se avolumava na vargem fronteira ao sobrado do juiz-de-fora.*

contos de réis necessários para a compra foram levantados pelo Barão de São Marcelino, o deputado Dr. Marcelino Tostes, responsável pela negociação de um terreno apropriado. Foi com alívio e a dignidade restaurada que o major Ignácio relatou, muitos anos mais tarde, "...e *tivemos a estação em vez de estribo, ficha de consolação com que nos acenaram os marianistas...*" ⁷

O conflito, acima descrito, começou a resolver-se em 1873, após a morte do comendador Mariano Procópio quando, finalmente, houve um movimento no sentido de se estabelecer uma estação na cidade. Aliás, um movimento iniciado, em 1871, pelo Dr. Cristóvão Rodrigues de Andrade, advogado e vereador nos anos de

⁶ Idem, p. 67.

⁷ Ibidem. O relato do engenheiro aposentado da Rede Ferroviária Dr. Antônio Fernando Vieira Braga reafirma as palavras do Major Ignácio da Gama. Segundo o engenheiro Braga, foi necessário um abaixo assinado para substituir o estribo por uma Estação mais no centro da cidade. Entrevista concedida à Profa. Mestre Leda Maria

1865, 1868 e 1877, que enviou uma representação ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas. Em 1875, finalmente foram atendidos os apelos, e o Presidente da Câmara enviou cartas de agradecimento aos Deputados Provinciais empenhados nesse movimento.⁸

Para resolver o problema da Estação várias reuniões foram feitas, todas presididas pelo Dr. Avelino Milagres com a ajuda de seus "... *velhos camaradas Coronel João Evangelista, Caiafa e outros.*" ⁹ Além desses, destacou-se a importante e decisiva participação do Barão de São Marcelino, do Major Antônio Caetano de Moraes e Castro, Dr. João Ribeiro Mendes, Dr. Leandro de Castilho, Barão de Santa Mafalda, Domingos Nery Ribeiro, Geraldo

de Oliveira, em abril de 1998.

⁸ Idem. Ver Tb. ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA, séries 40, 136, 142 e 164. Sobre a procedência dos deputados relacionados ver: ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO, livros de Atas de apuração de eleições e de assinatura de eleitores 112/026, 131/036, 133/038.

Augusto de Rezende e Joaquim José Álvares dos S. Silva.¹⁰

Não foi apenas por capricho que a elite local se interessou pelo sistema viário da cidade. É através dele que a cultura cafeeira irá se expandir, primeiro, através da União & Indústria, depois, através da malha ferroviária.¹¹ A década de 1870 também apresenta a expansão de investimentos na área comercial e industrial no valor de 50,98%.¹²

Em 1875 a Estrada de Ferro Pedro II atinge o município, consolidando sua posição de pólo urbano regional e estimulando imensamente, (...), a produção

⁹ ESTEVES, A., op. cit., p. 67.

¹⁰ Idem, p. 67 e 68.

¹¹ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p. 153-155.

¹² MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester**. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1990, p. 102.

agroexportadora da região.¹³

A estação na cidade configura-se, portanto, em ponto essencial para atrair o desenvolvimento e, o movimento de passageiros e cargas traria, consequentemente, novos ares à economia.

Já na década de 1880 percebe-se uma grande melhoria na estrutura urbana e nos serviços prestados. Uma evolução que ocorre em meio ao processo de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre. Os reflexos trazem implicações imediatas na conformação urbana da cidade, ao alargar o mercado de consumo interno e ao "*redimensionar as articulações e as funções que o setor urbano vinha desempenhando no interior da*

¹³ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1993, p. 121.

estrutura agroexportadora".¹⁴ Há, portanto, um deslocamento visível das atividades concentradas no núcleo de povoamento original para um novo centro que se formava às margens dos trilhos da ferrovia.

Nas proximidades da ferrovia se fez o desenvolvimento comercial e industrial, mudando todo o aspecto urbano. Antes concentrado na rua Direita, local do poder público, religioso e econômico dos grandes proprietários rurais, passou, com a mudança do eixo da economia do município, para áreas até então pouco povoadas. É o momento de maior adensamento populacional e, concomitantemente, comercial e industrial de setores urbanos pouco desenvolvidos, como a área vizinha à Estação e às proximidades, como a Praça Antônio Carlos, abrindo caminho para o desenvolvimento

em direção à avenida Sete de Setembro.¹⁵ Contudo, o desenvolvimento industrial deve ser observado intrinsecamente articulado com o setor agroexportador¹⁶ e, é a partir dessa dinâmica que devemos analisar o deslocamento das atividades urbanas e da concentração populacional.

Num aspecto mais amplo, a estação configurava-se em um

*signo de passagem do antigo para o novo, (...) além desse valor simbólico, tinha também, um valor pragmático; pelo trem chegavam as pessoas, os livros, e os materiais para a edificação da cidade.*¹⁷

¹⁵ Idem, p. 124. Apenas para se ter uma idéia, o crescimento populacional de Juiz de Fora em relação a outros dez municípios da Zona da Mata, no ano de 1920, correspondeu a 42,20%.

¹⁶ Ver ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Villela de. **Classe operário em Juiz de Fora**; uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

¹⁷ SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Belo Horizonte, o nascimento**

¹⁴ Idem, p. 121 e 122.

É numa sociedade em transição, como a que acabamos de caracterizar, que o eclétismo faz morada. As construções que inicialmente circundam a Praça da Estação, buscam um contraponto com as construções operárias e os cortiços advindos do desenvolvimento industrial. Nas moradias, hotéis e casas de comércio percebe-se a necessidade de uma sociedade em conjugar o passado com o presente. Os imigrantes foram os maiores contribuidores para que o estilo se consolidasse. Foram eles que trouxeram, para uma sociedade recém saída da escravidão, os conhecimentos e as aptidões exigidos pela indústria e posturas urbanas calcadas nos preceitos higienistas.¹⁸

O conjunto eclético, emblema deste período de transição pelo qual não apenas a economia juizforana

passava mas a de todo o Brasil, é bastante significativo. Os prédios do Hotel Renascença, o mais antigo, da Associação Comercial, com elementos mais clássicos, o Príncipe Hotel, os prédios que abrigam a Padaria Glória e o Bretas, trazem nas fachadas e interiores as marcas da transição econômica, social e, principalmente, cultural, onde os costumes de uma sociedade agrária estão sendo sobrepujados pelos novos modos de pensar e agir da sociedade industrial.

Todas estas construções, entre o final do século XIX e as décadas de 10 e 20, montam um cenário em que a história tem continuidade nas décadas posteriores, até 1940, com construções art-deco. São os prédios do Cine São Luiz e aquele em que funciona o comércio Sacola Cheia. Estes dois últimos, em art-deco, surgem marcando um novo momento da cidade, quando o desenvolvimento industrial já não apresentava a mesma aceleração. É

de uma capital. Guia da Exposição. Belo Horizonte, 1996, p. 4.
¹⁸ Idem, p. 12.

preciso, nesse momento, afirmar a face moderna da cidade, uma vez já consolidado o processo de industrialização. Alguns exemplos são significativos.

Construído em um período em que a Praça da Estação já representava um dos principais lugares da cidade, o prédio da Associação Comercial recebeu os cuidados formais de uma sede que reunia os principais representantes.

O Príncipe Hotel, construído na década de 20, não recebeu tantas personalidades como o Grande Hotel Renascença. Talvez, exatamente por isso, ele tenha uma importância equivalente. Sem o *glamour*, do hotel mais antigo da Praça da Estação, ele com certeza era a alternativa para milhares de pessoas que desembarcavam na Estação. Cumpria, portanto, seu papel entre os prédios que se localizavam na Praça: abrigava os estrangeiros e viajantes, encontrados no fervilhante comércio e nas

proximidades das fábricas instaladas nas áreas vizinhas à Praça Antônio Carlos, o desenvolvimento e os ares de modernidade ausentes no interior. Exatamente por isso, foi denominado Hotel Central por seu primeiro proprietário o Sr. José Gomes Fraga e, posteriormente, Hotel Avenida. Trouxe em suas linhas arquitetônicas o ecletismo do projeto feito pelo arquiteto Rafael Arcuri, sendo construído pela Pantaleone Arcuri e Spinelli.

Especificamente, em relação ao prédio onde hoje se encontra o Cine São Luiz, a memória do senhor Osvaldo Costa ("Congo"), antigo motorista de táxi da cidade, recorda com nostalgia do clube que havia na parte de cima do prédio. As festas eram bastante animadas por volta dos anos 40.¹⁹ Na década de 50 e 60 o cinema já se tornara uma forma de divertimento e, principalmente, o veículo

¹⁹ Conforme depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em em abril de 1998, pelo Sr. Osvaldo Costa ("Congo"), motorista de táxi.

para trazer os novos ares da modernidade. Mais uma vez sua localização na Praça da Estação está vinculada ao espectro do desenvolvimento que sempre pairou sobre o local. Mesmo nos momentos em que o prédio abrigou outros comércios, conforme o depoimento do Doutor José João Mokdeci, que recorda-se de um hotel e de uma loja de automóveis funcionando no local, o uso está sempre relacionado ao movimento e ao pulsar que a praça repassava para o restante da cidade.²⁰ Um pulsar que começa a mudar de compasso com as mudanças econômicas que passam a ocorrer a partir da década de 20.

A Praça da Estação, portanto, reafirma, através das construções que a circundam, seu histórico de local escolhido como símbolo de uma sociedade que quer continuar no caminho do desenvolvimento. Em seu

âmbito, ao longo das décadas encontram-se frisadas histórias de várias lutas. Inicialmente, a da própria construção da Estação Ferroviária, mais tarde, se torna testemunha do redirecionamento da economia do município: da predominância da cultura cafeeira para a chegada da industrialização. Em tempos mais recentes, palco absoluto das lutas políticas, abrigando grandes comícios ou manifestações variadas.

²⁰ Conforme depoimento, concedido à Profa. Leda Maria de Oliveira, em abril de 1998, pelo Dr. José João Mokdeci, advogado e comerciante.

Aspectos Arquitetônicos ²¹

Mônica C. Henriques Leite
Paulo Gawryszewski
Raquel de Oliveira Fraga

Praça Dr. João Penido, número 22 **(Hotel Renascença)**

O hotel é um dos primeiros edificados na Praça da Estação com data anterior a 1893. A implantação do prédio repete o esquema remanescente do período colonial de alinhamento nas divisas frontal e laterais do terreno, em forma de “U”, com comércio na parte inferior e a ocupação mais nobre, assoalhada, na parte superior.

O segundo pavimento possui um corredor central

que leva aos quartos dos hóspedes, com vista para a praça ou para pátio interno, onde há uma construção térrea de forma hexagonal. Construída alguns anos depois, integra-se harmoniosamente ao volume do hotel.

O prédio exprime um ecletismo simples, de primeiros momento, despojado de ornamentos, que virão aparecer mais tarde nas construções vizinhas da praça. Dominantemente horizontal com embasamento marcado por paredes espessas de tijolos maciços entrecortados pelas portas das lojas, apresentando um ritmo contínuo.

No pavimento superior, delimitado entre um cordão e a cornija, temos uma seqüência de janelas em arco pleno, emolduradas, que reforçam o ritmo contínuo da composição. O coroamento em arcos e em segmentos retos dá um movimento suave e simultaneamente ascendente reforçado pelos frontões.

arquitetura.

²¹ A Professora Maria Julieta Nunes de Souza, do Departamento de Arquitetura da UFJF e consultora na área de Arquitetura e Urbanismo organizou e editou os textos produzidos pela equipe de

Apesar da pouca decoração de sua fachada (colunas, cordão, cornija, moldura das janelas e platibanda), o hotel marca o início do estilo eclético nas construções existentes na Praça, que vai ser reafirmado gradativamente nas demais construções posteriores.

a implantação tradicional de alinhamento da fachada à via pública e a lateral direita geminada ao hotel. Supostamente, a lateral esquerda não é original, pois a edificação constitui apenas uma pequena parcela de toda a primitiva construção.

Considerando-se a distribuição espacial, muitas construções quando utilizadas para atividades diferentes das previstas em seu projeto original, sofrem uma intervenção no sentido de reabilitar-se para o novo uso. De certa forma, o mesmo acontece ao nível externo, com a fachada. Alguns edifícios sofrem tais intervenções para se adaptarem ao estilo que, posteriormente ao seu original, passa a estar em voga. O edifício em questão sofreu pequenas mas significativas alterações que o “*modernizaram*” segundo o estilo que inspirou a maioria das construções da Praça: o eclétismo.

Um acréscimo, seja ele feito por uma nova

Praça Dr. João Penido, número 44

Provavelmente construída na mesma época do Hotel Renascença, a presente edificação, à primeira vista simples e sem significação contextual, constitui um dos mais ricos documentos remanescentes da Praça da Estação do final do século passado. É o testemunho vivo de uma época em que casas térreas e residenciais compunham o cenário do futuro centro comercial, formado por sobrados ecléticos e art-deco. A edificação conserva ainda o gabarito original e

construção ou pela inserção de elementos decorativos de “*modernização*”, é considerado como de importância e significação histórica quando, por si só, é referência fundamental na contextualização histórica do edifício no monumento (no caso a Praça da Estação) ou em si mesmo. A harmonia e o respeito para com o entorno constituem a base dessa significação.

A colocação da platibanda, ocultando a cobertura, em substituição ao antigo beiral, o destaque às pilastras laterais que, junto com o frontão (hoje anexado à alvenaria que coroa o edifício) ampliam sua perspectiva vertical, e a simetria e o equilíbrio das proporções, representam justamente a necessidade de se atingir tal harmonia.

Praça Dr. João Penido, número 52 (Associação Comercial)

O projeto da Associação foi elaborado pelo arquiteto Rafael Arcuri e realizado pela Cia. Pantaleone Arcuri e Spinelli, que trouxeram também para o conjunto da Praça, toda a monumentalidade e imponentia características de suas obras. A decoração interna ficou a cargo de Ângelo Bigi, renomado artista que demonstra neste trabalho todo o requinte de suas representações e que, seis anos mais tarde, consolidaria de uma vez por todas, sua posição destacada na cidade, realizando a decoração do Cine-Theatro Central.

A edificação pertence a uma fase mais rebuscada do ecletismo, que pregava maior liberdade na utilização de linguagens e estilos, onde a ornamentação fantasiosa é a expressão mais forte. Nota-se uma grande influência

neoclássica, como é comum no ecletismo, através da divisão horizontal do edifício, que pode ser comparada à divisão das colunas clássicas (embasamento, fuste e capitel) e da utilização de vários elementos representativos da referida cultura: o térreo refere-se à base, dando idéia de solidez e segurança; o segundo pavimento corresponde ao fuste e o coroamento ao capitel.

Apesar de já ter havido algumas modificações no modo de implantação das construções no lote, o edifício segue o alinhamento da via pública e aproveita toda a testada do terreno. Seguindo a linguagem utilizada em toda a praça e que, mais tarde se tornaria uma das principais características arquitetônicas desse contexto, a divisão vertical em segmentos dá um destaque especial ao segmento central, como é comum no ecletismo. O balcão com balaustrada reforça a idéia de volume e confere densidade ao mesmo. A ligação entre as suas partes é feita

por robustas colunas que referem-se, no térreo, à ordem toscana e no segundo pavimento, à ordem jônica.

O equilíbrio e harmonia refletem todo o estudo de proporções realizado. Como mais uma característica do conjunto da Praça da Estação, é a ampla gama de elementos ascendentes que reforçam a perspectiva da monumentalidade do edifício tais como pilastras laterais, a utilização de arcos plenos nas vergas das janelas, formas curvas na platibanda (arrematada por pináculos), frontão curvo e várias peças que compõem sua ornamentação.

Toda preocupação demonstrada na composição externa reflete-se, também, no interior do edifício. A apresentação da Associação é feita logo no *hall* de entrada pelo vitral colorido que “*coroa*” a escada de acesso ao salão principal: três figuras femininas que representam o comércio, agricultura e a indústria, os principais setores econômicos de Juiz de Fora na época. O grande salão

principal que sediava as assembleias e todos os acontecimentos da entidade, é uma das obras de pintura parietal mais significativas da cidade, onde paisagens e figuras femininas referem-se à temas relacionados ao comércio.

Praça Dr. João Penido, número 174 (Príncipe Hotel)

A edificação é implantada em lote de esquina, no alinhamento da rua e constituída de dois pavimentos. No primeiro andar, encontramos alvenaria com representação de cantaria e portas de aço para uso comercial. O pavimento superior apresenta uma composição de vãos com destaque maior no chanfro pela colocação de elementos: balcão, zimbório e frontão vazado.

A fachada da Praça, assim como a da rua Halfeld, é dividida em painéis enfatizados por pilares ornamentados com elementos pendentes. As janelas centrais são rasgadas e recebem um balcão de ferro enquanto as demais apresentam ornatos na parte inferior, que simbolizam balcões entalados. Estas são bipartidas, de madeira, e com bandeiras simples.

A preocupação com uma ornamentação mais rica fica no coroamento formado por uma platibanda vazada por elementos circulares, marcada por pequenos frontões em cima das janelas que possuem balcões, que são sinuosamente recortadas ou arqueadas. Estes frontões contêm apliques florais e combinam pares de pedestais em pináculos e modilhões.

O chanfro recebe um balcão de ferro, uma janela rasgada e ornamentada e um frontão vazado com volutas e apliques assim como um alto zimbório, que arremata a

cobertura.

Trata-se de uma edificação tipicamente eclética da fase mais rebuscada que sempre exerceu a função de hotel e apresenta as características originais inalteradas.

isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem com o tempo uma significação cultural).

Rua Halfeld, número 199 (entorno)
(Padaria Glória)

No caso específico do prédio onde se localiza a Padaria Glória, o prédio se insere no ecletismo mais simplificado. É um dos mais antigos representantes da arquitetura do início do século na Praça da Estação. Constitui elemento essencial no contexto da referida praça, considerada um dos mais importantes monumentos da cidade. (Segundo a Carta de Veneza, a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica

Ainda sob a influência da implantação tradicional - que passava, nessas primeiras décadas do início do século XX, por modificações significativas - o edifício segue o alinhamento da rua e aproveita toda a testada do lote, mantendo as paredes laterais sobre os limites do mesmo.

A simplicidade da ornamentação é característica do período histórico em que foi construído, mas nota-se, desde já, o início da influência neoclássica no conjunto da praça, aqui identificada pela presença dos “*elementos ascendentes*” - as pilastras ornadas com pendentes, as formas curvas do coroamento e as volutas estilizadas que

“*erguem*” a concha no frontão central - que ampliam a perspectiva e dão um ar de magnitude ao edifício; e a divisão horizontal da construção, que pode ser comparada à divisão de uma coluna clássica: o térreo referindo-se à base, sinónimo de solidez e segurança; o segundo pavimento, ao corpo ou fuste; e o coroamento ao capitel.

Nota-se uma perfeita simetria na composição da fachada. Verticalmente, é dividida em três segmentos bem marcados. Como é característico da arquitetura eclética, o segmento central aparece especialmente destacado, com a presença do balcão, basicamente trabalhado em ferro, o frontão (descrito anteriormente) e o par de janelas rasgadas. Os segmentos laterais, apesar de apresentarem vãos com dimensões um pouco maiores em se manter a continuidade e o equilíbrio da linguagem, vistos na utilização dos balcões entalados, nas vergas retas e nos ornatos semicirculares sobre as mesmas, conferindo

harmonia entre as partes através da proporção.

A cobertura é feita em três águas com telhas do tipo francesa. Nela, destaca-se o lanternim, mirante que alteia-se sobre o último piso da construção, utilizado no período eclético como uma forma de se dominar a paisagem circundante. Sua cobertura em duas águas é arrematada por lambrequins, uma espécie de rendilhado de peças de madeira, cuja influência deve-se aos imigrantes que chegaram ao Brasil no século XIX.

Outro detalhe curioso é encontrado no pavimento térreo dedicado às atividades comerciais: trabalho em ferro feito nas bandejas das portas a fim de garantir a ventilação das lojas, então exigida pela prefeitura da época como medida de salubridade.

**Rua Halfeld, número 213 (entorno) ²²
(Cinema São Luiz)**

Tido como uma das expressões iniciais do modernismo, o art-deco na arquitetura foi inserido no contexto mundial por Le Corbusier em 1920 e começou realmente a ser motivo de inspiração construtiva em 1925. Negava a utilização exagerada de ornamentação, sustentando massas "*puras e limpas*" de concreto. A racionalidade das formas refletida no emprego das linhas geometrizadas é sua característica mais marcante. No Rio de Janeiro, principalmente, nota-se uma grande influência da cultura indígena na construção dos edifícios representativos, o que lhe rendeu a denominação de "*estilo marajoara*".

A presença da linguagem deco no contexto da Praça

da Estação, por si só, completa a história que já vinha sendo contada desde os primeiros edifícios ecléticos, refletindo a evolução porque passou a cidade: pequenas manufaturas, produção em larga escala, desenvolvimento da tecnologia e racionalidade na produção, comércio, hotéis e etc.

O edifício do Cinema São Luiz, apesar de não pertencer ao ecletismo, como a maioria das construções da Praça, é peça fundamental no conjunto desses monumentos, pois mantém a mesma linguagem característica de suas arquiteturas:

- ascendência provocada pela utilização dos diversos elementos verticais, o que amplia sua perspectiva e acentua sua monumentalidade;

- a manutenção do ritmo na composição, permitindo perfeita harmonia de proporções;

- a divisão vertical em segmentos realizada não mais

²² A rua Halfeld, 213 faz parte do entorno da Praça Dr. João Penido.

por elementos ornamentais, mas pelo próprio volume da construção;

- o destaque dado ao segmento central, através da utilização de balcões curvos projetados em balanço e o respeito ao esquema tradicional de implantação, com as paredes laterais sobre os limites do lote e fachada alinhada à via pública.

A volumetria e divisões internas do prédio pertencem, integralmente ao art-deco, obedecendo a seus princípios básicos. O trabalho em ferro, feito em formas simples de retas e curvas, característica marcante do estilo, são encontrados no edifício, inclusive destacando e inserindo no contexto um modelo diferente de portas e janelas. Elementos horizontais fazem parte da composição da fachada (marcando as vergas, peitoris e platibanda) e convidam o espectador a contemplar, também, boa parte da história da cidade contada pelos edifícios existentes na

Praça da Estação.

Rua Halfeld, números 229/235 (entorno) ²³ (Bretas)

A edificação estudada se situa na rua Halfeld 229/235. A documentação iconográfica e análise de seus elementos morfológicos sugerem que sua construção data do início deste século. Possui dois pavimentos, com sua implantação no alinhamento das ruas e, pelas características apresentadas é considerada uma edificação eclética.

O pavimento de baixo possui uma linguagem mais simplificada, ²⁴ sendo composto de portas, com abertura

²³ A rua Halfeld, 229/235 faz parte do entorno da Praça Dr. João Penido.

²⁴ Desde o período colonial, ao pavimento térreo cabiam as funções de acomodação dos empregados ou escravos, animais, depósitos ou

para avenida, feitas em aço com bandeiras trabalhadas em ferro.²⁵ O material de acabamento faz referência à cantaria com finalidade de oferecer uma base de sustentação mais sólida à construção.²⁶

No segundo pavimento, a fachada é composta por seis janelas, distribuídas duas na parte central, e dois grupos de duas nas partes laterais. Os vãos centrais, como todo o segmento central da fachada, são destacados através de tratamento ornamental.²⁷ Enquanto os vãos das janelas laterais são em arco plenos, os do segmento central

lojas, de acordo com a necessidade familiar. Tais usos levavam a um tratamento mais singelo destas dependências.

²⁵ Há relatos que a Prefeitura do Rio de Janeiro incentivava esse tratamento em edifícios comerciais, a fim de obter uma ventilação mais adequada.

²⁶ A base de uma edificação, desta época, baseia-se na estruturação das colunas clássicas, apresentando embasamento que lhe proporcione sustentação, pois recebe as maiores cargas da edificação.

²⁷ O eclético faz referências a várias correntes, principalmente aos traços neo-clássicos, como mostra LEMOS, Carlos A.C. **História**

apresentam traços retilíneos, emoldurados com colunas de suposta sustentação do balcão superior de alvenaria. As janelas são bipartidas e apresentam bandeiras trabalhadas em madeira e vidro.²⁸

As janelas laterais possuem moldura em argamassa com fechamento em pedra única em cima e são separadas por colunas compostas por elemento de ornamentação pendente. As das extremidades são arrematadas com um singelo balcão de alvenaria, que dá um tratamento, porém sem retirar a ênfase central.

O terceiro pavimento repete o mesmo ritmo de vãos que os demais, apenas com a retirada dos balcões extremos e a colocação de um balcão central de balaustradas,²⁹ em

da casa brasileira. 2. 2E. São Paulo: Ed. da USP, 1989

²⁸ Tratamento característico das edificações do século passado, segundo REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

²⁹ O balcão característico do século XIX, com guarda-corpo em balaustres de alvenaria, traz um significado de estrutura mais

alvenaria, sendo destacado do piso em ressaltos. A ornamentação desses vãos difere da dos outros, e suas janelas das extremas laterais possuem emolduramento mais refinado apresentando elementos pendentes em baixo relevo, sob estas.

Concluindo, a edificação citada se enquadra nos padrões das construções brasileiras da fase eclética do início do presente século. Esta corrente sucedeu o período colonial e foi introduzido com a chegada da Missão Francesa no Brasil e a criação da Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Inspirados em padrões estéticos praticados na Europa naquele momento, os membros da referida Missão Francesa favoreceram a implantação de tipos mais refinados de construção.

A abertura dos portos às nações amigas permitiu a

pesada. Sobre o assunto, ver VASCONCELOS, Silvío. **Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos.**

importação de equipamentos não fabricados em nosso país, contribuindo para o refinamento da aparência das construções. A cobertura, anteriormente de duas águas, tornou-se mais complexa com quatro águas, devido a utilização de novos equipamentos e materiais como: calhas, condutores, manilhas e telhas do tipo "*francesa*", como aparece no caso estudado.

O eclético tratava da articulação e composição de vários estilos combinados, fazendo uma breve citação, com preocupação mais rebuscada da ornamentação, através de volumes feitos de argamassa. No presente exemplo, estes aparecem emoldurando janelas e portas, no entablamento superior e nas colunas, outro elemento bastante característico desta fase.

O ferro, juntamente com os vidros e as madeiras serradas (portas, janelas e pisos de assoalhos encerados) foram alguns dos materiais importados. Eram sinais de

"modernidade" que aparecem normalmente nos balcões como característica desta corrente, o eclétismo.

A utilização do pavimento inferior para o comércio era bastante utilizada nesta época, pois gerava um conforto para residência, caracterizando o poder aquisitivo maior do proprietário, segregando assim, o comércio da morada através da própria ornamentação diferenciada, embora mantendo uma linguagem única.

As transformações ocorridas não invalidam esta edificação. Pelo contrário, demonstram sua capacidade de adaptação a novas situações, ao longo dos anos. Mostram, através deste exemplo concreto, "o prédio situado na av. Barão de Rio Branco nº 3036", as modificações históricas, arquitetônicas e urbanísticas ocorridas em nossa cidade, no decorrer do passado.

FONTES

1. ARQUIVOS

1.1 Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora

Fundo Câmara no Império
Séries

- 40 - Correspondência de deputados provinciais com a Câmara Municipal (1858-86);
- 136 - Livro de registro de cópias de correspondências expedidas pela Câmara Municipal (1869-87)
- 142- Documentos da comissão de legislação: diversos (1857-89)
- 160 - Indicações Diversas (1854-1889);
- 164 - Atas (1857-89).

1.2 Arquivo do Museu Mariano Procópio

Livros de Atas de apuração de eleições e de assinatura de eleitores 112/026, 131/036, 133/038.

2. FONTES ORAIS

- 2.1 Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em abril de 1998, pelo Sr. Osvaldo Costa (“Congo”), motorista de táxi.
- 2.2 Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em abril de 1998, pelo Dr. Antônio Fernando Vieira Braga - engenheiro aposentado da Rede Ferroviária
- 2.3 Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em abril de 1998, pelo Dr. José João Mokdeci, advogado e comerciante.

- Prefeitura de Juiz de Fora, 1982.
- PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1993.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **O Quadro da Arquitetura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- REVISTA CS ARQUITETURA. 50 anos de Patrimônio. FC Editora, 1977.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro: Editora Fundação Pró-Memória, 1987 e 1994.
- RYBCZINSKI, Witold. **Casa - Pequena História de uma Idéia**. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1986.

3. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- LEMOS, Carlos A C. **Alvenaria Burguesa**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 1989.
- PAMPULHA. Belo Horizonte: Ed. Promove, n. 9. jan. fev. 1983.
- PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora:

A obra
Núcleo Histórico e Arquitetônico da Praça Dr. João Penido/Nota Prévia de Pesquisa
da autoria de

Patrícia Falco Genovez, Maria Julieta Nunes de Souza, Mônica C. Henriques Leite, Raquel de Oliveira Fraga e Paulo Gawryszewski,
publicada pela **CLIOEDEL** - Clío Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:

tamanho do papel: A4,

orientação: paisagem,

margens superior e inferior:

3,17 cm,

margens esquerda e direita:

2,54 cm

medianiz: 0 cm,

distâncias do cabeçalho

e rodapé em relação à

borda do papel: 1,25 cm.

O texto foi digitado em

Word 6.0 para Windows,

com fonte Times New Roman 14,

espaço 1,5 e recuo de parágrafo de 1,27 cm.

As notas de rodapé, com mesma fonte, mas tamanho 12.

E as transcrições de mais de 3 linhas

em itálico e com recuo de 2 cm à

esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos autorais desta obra são propriedade dos autores. A obra pode ser obtida gratuitamente através da BIBLIOTECA VIRTUAL DE HISTÓRIA DO BRASIL <<http://www.ufjf.br/~clionet/bvibr>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e estrutura eletrônica.